



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB MONITORIA EM LÍNGUA ESPANHOLA JURÍDICA: COLABORANDO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM JURÍDICA

Rafaela Senhor de Oliveira Gomes;
Silvia Renata Ribeiro

Programa de Monitoria

CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, atualmente, sobre a autorregulação da aprendizagem, devido a necessidade de se configurar a educação para o desenvolvimento da autonomia e compreensão do estudante, sendo este capaz de planejar, avaliar e executar seu processo de aprendizagem (Rosário et al, 2008). Cada vez mais, professores buscam gerar autonomia e produtividade através da adaptação e familiarização do aluno com os conteúdos em sala de aula.

Entende-se que no presente, essa demanda se faz presente no curso de LEANI, sobretudo nas disciplinas de Línguas Estrangeiras Aplicadas, em que, o dinamismo e adaptabilidade no processo de aprendizagem dos idiomas se tornam ferramentas cruciais para gerar interesse nos alunos pelos conteúdos, e proporcionar as competências linguísticas para atuar em diferentes âmbitos internacionais.

A disciplina de Língua Espanhola Jurídica é um dos pilares do curso para proporcionar a atuação em espaços internacionais, sobretudo no âmbito jurídico. Entretanto, a complexidade de compreensão dos conteúdos jurídicos, faz necessária a presença de monitoria a fim orientar as necessidades específicas de aprendizado dos alunos e contribuir no planejamento da metodologia de ensino, gerando interesse e produtividade dos alunos na disciplina. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo verificar e discutir a monitoria de Língua Espanhola Jurídica, destacando a importância dessa atividade para atender as dificuldades dos alunos, Além de apoiar o professor para a adaptação da metodologia a fim de gerar interesse por conhecimentos voltados ao âmbito jurídico, como previsto no projeto pedagógico de curso (UFPB, 2017).

METODOLOGIA

A realização da monitoria e das aulas se dividiram em três partes durante o semestre, planejando tornar mais acessível o conhecimento jurídico para o perfil dos estudantes da disciplina.

Para a primeira etapa foram realizadas atividades de reconhecimento das características da linguagem jurídica utilizando como referência alguns materiais disponibilizados online sobre propostas de simplificação da linguagem jurídica (da Espanha, da Argentina e do México). A avaliação foi baseada nas atividades realizadas em sala de aula juntamente com uma avaliação sobre a linguagem jurídica, havendo monitoria para consulta e revisão dos conteúdos citados acima.

Na segunda etapa foi trabalhada a temática dos contratos internacionais e tratados/convênios internacionais, tendo sido adotado como material um manual de língua espanhola jurídica (Marro; Mora Sánchez, 2012) e modelos de contrato reais retirados de materiais disponibilizados pelo Centro de Co-

mércio Internacional (ITC, 2010). Como complemento do que foi ministrado pela professora, a monitora realizou discussão em sala de aula com os alunos sobre tratados internacionais. Dessa forma, a avaliação do conteúdo se baseou em análise linguística e textual de um modelo de contrato, negociação de um contrato em sala e a simulação e apresentação oral de um pequeno acordo internacional.

A terceira etapa se baseou na reflexão sobre as línguas estrangeiras aplicadas ao mundo jurídico, em que os próprios alunos com instrução do professor e apoio da monitora foram responsáveis por apresentarem suas pesquisas em formato de seminário sobre possíveis atuações do profissional de LEA no âmbito jurídico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O início das atividades de monitoria aconteceu em Julho de 2024, juntamente com o início do semestre. Primeiramente, a monitoria aconteceu através de atendimento de dúvidas dos alunos a respeito das metodologias que seriam abordadas durante a disciplina. A princípio foi importante observar o perfil dos estudantes, nos quais, estão familiarizados com aprendizado mais dinâmico, além de observar dificuldades no engajamento da disciplina por dificuldades em lidar com a linguagem jurídica. Através dessa condição o monitor pôde contribuir com o professor com ideias para a formulação de atividades que promovessem mais autonomia de aprendizado para os estudantes.

É importante destacar que a participação da monitora, foi uma ferramenta importante no apoio de elaboração da metodologia, pois, sendo a monitora também estudante, foi possível ter um diálogo produtivo com a professora em entender e experimentar de maneira mais específica, a demanda de aprendizado dos alunos. Somado a esse fator, acompanhando de perto o processo da elaboração de atividades e avaliações, dando sugestões ao professor a respeito de como tornar mais dinâmico e prático o processo de aprendizado, a monitoria proporcionou um melhor aproveitamento de aprendizado dos alunos através da realização das atividades e avaliações propostas na metodologia.

Em conclusão, como resultado, houve de fato, um bom desempenho dos alunos na disciplina de espanhol jurídico, além da melhora no engajamento e produtividade dos mesmos, sobretudo, na avaliação final, em que se nota o engajamento da turma em produzir seminários interessantes a respeito da atuação do profissional LEA no âmbito jurídico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a disciplina de língua espanhola jurídica do curso de LEA é essencial para a capacitação da atuação do aluno em espaços internacionais. Entretanto, existe o distanciamento dos alunos do curso com essa matéria, pois, muitos não estão familiarizados com a linguagem jurídica e os conhecimentos em seu entorno. Com objetivo de reverter esse quadro, a monitoria se mostra importante, à medida que aproxima o diálogo entre professor e aluno na elaboração da metodologia, propondo de forma conjunta, atividades e avaliações diferenciadas para a acessibilidade aos conhecimentos jurídicos através da língua espanhola, de acordo com o perfil do estudante LEA.

Desse modo, considera-se imprescindível que o projeto seja continuado na disciplina de língua espanhola jurídica nos anos seguintes, a fim de garantir a colaboração necessária para gerar engajamento e melhor desempenho dos alunos.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL(ITC). Contratos Modelo para la Pequeña Empresa: Guia legal para hacer negocios internacionales. Genebra: ITC, 2010.

MARRO, Carme C.; MORA SÁNCHEZ, Miguel A. De Ley: manual de español jurídico. Madri: Sgel, 2012.

ROSÁRIO, P.; VEIGA SIMÃO, A.M.; CHALETA, E.; GRÁCIO, L. Auto-regular o aprender em sala de aula. In: M. H. M. B. Abrahão (Org.) Professores e Alunos: Aprendizagens significativas em comunidades de prática educativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA(UFPB). Projeto Político Pedagógico do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. João Pessoa: UFPB, 2017.